

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PRIVADAS: EM FOCO OS PLANOS DE SAÚDE

1 Amanda Dias Antunes (IC-UNIRIO); 1 Marcos da Silva Antunes Junior (IC-UNIRIO); 2 Edna Raquel Hogemann (orientador).

1 - Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 - Departamento de Fundamentos; Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO.

Palavra-chave: Direito constitucional. Direitos fundamentais. Saúde suplementar.

INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais foram previstos em nossa Constituição Federal de 1988, entre eles está elencado o direito à saúde. Atualmente temos em nosso país um sistema de saúde que é admirado por muitos países. Entretanto, vemos que ainda há muitas demandas a serem tratadas e solucionadas pelos nossos governantes, o que vem a proporcionar o surgimento da saúde suplementar, os planos de saúde; justamente para suprir essa necessidade. A presente pesquisa tem por objetivo tratar da saúde suplementar no Brasil, com as suas particularidades e desafios. Foi necessário antes de tudo, realizar uma abordagem teórica e crítica do tema Direitos Fundamentais, especificamente em relação à saúde pública, com seu desdobramento na saúde suplementar. Dessa forma, resta evidente a necessidade de investigação da trajetória da saúde suplementar bem como suas perspectivas, tendo em vista o sistema híbrido de saúde vivenciado em nosso país.

OBJETIVO

Foi perseguido o tema dos Direitos Fundamentais e seu desenvolvimento em nosso país no campo da saúde pública. Uma abordagem concisa e sóbria em relação ao que significa a saúde pública em nosso país, seu estado atual, suas dificuldades e desafios. Após, buscou-se tratar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), sua implementação no processo legislativo e sua execução. Tais etapas foram traçadas para ao final entender o porquê do fenômeno da saúde suplementar no Brasil, para então entender sua dinâmica, desdobramentos e dificuldades.

METODOLOGIA

Para a construção textual, buscou-se adequar o presente estudo à Norma 10.520/2002 da ABNT, para fins de uniformização acadêmica. Para o desenvolvimento da publicação científica foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica dos principais autores que se debruçam sobre o tema, análise jurisprudencial, fichamento de textos de livros, artigos acadêmicos, monografias, ensaios e posterior processamento dos dados. Houve também uma análise e uma pesquisa legislativa das leis que normatizam a saúde suplementar.

RESULTADOS

Foram aferidos dados significativos sobre o desenvolvimento da saúde pública no Brasil e a sua implementação, sendo o que hoje conhecemos como Sistema Único de Saúde. Também, que a Agência Nacional de Saúde tem se prestado a um serviço essencial ao controle da saúde suplementar, onde os planos de saúde têm passado por um rigoroso processo de normatização e fiscalização. Um artigo foi o resultado das pesquisas realizadas pelo grupo de iniciação científica; foi proveitoso o modo de pesquisa em torno do tema, onde foi possível compreender e assimilar a forma em que os planos de saúde tem se comportado segundo a legislação vigente.

CONCLUSÃO

A saúde suplementar é uma realidade brasileira. Não podemos negar sua importância em face da grande carência que o Sistema Único de Saúde sofre em consequência das mazelas que passa a nossa política. Não foi nossa pretensão entrar em grandes detalhes em relação ao modo de comportar-se dos administradores atuais dos serviços de saúde pública e privada, mas sim as consequências advindas de um sistema onde há uma margem ao descumprimento das normas instituídas. Os planos de saúde tem sido alvo de numerosos processos judiciais, sendo assim como podemos nos desvencilhar dos desmandos dos grandes empresários em favor do respeito aos Direitos Fundamentais é de grande importância para o crescimento de nosso país, que poderá se apresentar perante a comunidade internacional como uma nação que respeita acima de qualquer coisa o Direito Fundamental à saúde, juntamente com um aparato governamental sério e probó.

REFERÊNCIAS

ASENSI, Felipe Dutra. Direito Sanitário, 2012; FERREIRA, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais, 2012; LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado, 2010; MENDES, Karyna Rocha. Curso de direito da saúde, 2013; MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional, 2013; SARLET, Ingo. A eficácia dos direitos humanos fundamentais, 2012.